



## Justiça do Futuro: + Digital

Alexandra Lourenço<sup>a</sup>, Albertina Catrola<sup>b</sup>, Alexandra Henriques<sup>c</sup>, António Dias<sup>d</sup>, Cristina Ferreira<sup>e</sup>, Inês Nunes<sup>f</sup>, Rute Ramos<sup>g</sup>,

<sup>a</sup>Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ), Portugal, [maria.a.lourenco@sg.mj.pt](mailto:maria.a.lourenco@sg.mj.pt)

<sup>b</sup>SGMJ, Portugal, [albertina.p.catrola@sg.mj.pt](mailto:albertina.p.catrola@sg.mj.pt)

<sup>c</sup>SGMJ, Portugal, [alexandra.m.henriques@sg.mj.pt](mailto:alexandra.m.henriques@sg.mj.pt)

<sup>d</sup>SGMJ, Portugal, [antonio.p.dias@sg.mj.pt](mailto:antonio.p.dias@sg.mj.pt)

<sup>e</sup>SGMJ, Portugal, [cristina.m.ferreira@sg.mj.pt](mailto:cristina.m.ferreira@sg.mj.pt)

<sup>f</sup>SGMJ, Portugal, [ines.a.nunes@sg.mj.pt](mailto:ines.a.nunes@sg.mj.pt)

<sup>g</sup>SGMJ e CIDEHUS-UÉ, Portugal, [rute.i.ramos@sg.mj.pt](mailto:rute.i.ramos@sg.mj.pt)

---

### Resumo:

Coordenado pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, o projeto “GnoSI – Gerir a informação para chegar ao conhecimento”, financiado pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), representa uma iniciativa ambiciosa no contexto de modernização da Administração Pública. Este projeto pretende promover o acesso à informação através de mecanismos que integram, organizam e preservam de forma transversal a documentação produzida pelos organismos do Ministério da Justiça.

Inicialmente, no âmbito do projeto “Justiça + Próxima”, foi dado foco ao património cultural da Justiça, que visava agregar e divulgar, num portal único os arquivos, bibliotecas e património museológico e arquitetónico, preservando a memória coletiva e simplificando o acesso à mesma por Todos.

Contudo, com a necessidade de dar mais um passo na transição digital e modernização tecnológica da justiça e na sustentabilidade de recursos, o projeto evoluiu e atualmente engloba uma nova dimensão - a gestão de documentos produzidos no presente. Este novo



elemento permite acompanhar o ciclo de vida da informação, promovendo a desmaterialização documental controlada. A integração deste novo elemento torna-se crucial para garantir uma maior eficiência, transparência, sustentabilidade de recursos e assegurar a preservação da informação para as gerações futuras, através de um repositório de preservação digital.

O desenvolvimento deste projeto pretende assegurar o controlo rigoroso sobre a produção, gestão e preservação de documentos, promovendo a interoperabilidade entre os vários organismos do Ministério da Justiça, para além de garantir a correta gestão documental, permite também eliminar documentos após o prazo de conservação administrativa, ou preservá-los quando a conservação permanente é requerida. Este processo decorre em articulação com a plataforma de preservação digital, assegurando a continuidade do acesso à informação e a sua integridade a longo prazo.

A implementação deste sistema é orientada pela Portaria n.º 315/2023, de 23 de outubro de 2023, Regulamento para a Classificação, Avaliação, Seleção, Eliminação e Conservação da Informação Arquivística produzida pelas entidades integradas na área governativa da justiça no exercício das respetivas funções. Esta legislação apresenta um quadro normativo para a classificação e avaliação da informação, orientando a sua gestão e definindo critérios para a eliminação ou conservação responsável da documentação.

Foram ainda criadas outras ferramentas, tais como, o Plano de Preservação Digital e o Vocabulário Controlado, baseado no referencial europeu Eurovoc. Estes instrumentos garantem a uniformidade na linguagem e na política de preservação, promovendo o acesso global e sustentável à informação.

Por fim, este projeto inovador da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça pretende dar uma resposta eficaz aos desafios da modernização administrativa, contribuindo para uma justiça mais transparente, mais acessível e mais eficiente. O sucesso desta iniciativa terá um impacto



positivo não só no setor da Justiça, como também na sociedade em geral, promovendo o conhecimento, a confiança e o acesso igualitário à informação para todos os cidadãos.

### **Palavras-chave:**

Preservação digital, Modernização administrativa, Acesso à informação, PRR (Programa de Recuperação e Resiliência)

### **Público-alvo**

Profissionais da informação e documentação e cidadãos em geral